

A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO GOVERNO TEMER (2016-2018)

Beatriz Miranda Gomes
Adriana Almeida Sales de Melo

INTRODUÇÃO

As complexas relações que foram estabelecidas e as que permanecem em processo na América Latina acompanham o movimento proporcionado pela mundialização da educação, o que demanda grandes esforços no que diz respeito ao campo epistêmico de políticas educacionais. A globalização e as reformas neoliberais no Brasil e em outros países latinos têm sido amplamente debatidas na literatura educacional brasileira, com destaque para as políticas definidas para o setor frente às orientações estipuladas pelos organismos internacionais¹ como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), dentre outros.

Segundo Libânio (2015), as diretrizes apresentadas por essas agências influem formas de regulação das políticas nacionais em decorrência dos programas de cooperação desenvolvidos, principalmente para a área da educação. Dessa forma, observa-se que tanto na Educação Básica quanto na Superior, ainda que legalmente consolidadas pela concepção de direito social, há disputas internas, tensionadas e por vezes alteradas de forma similar aos interesses e conflitos do mercado financeiro. Desempenhando, assim, um papel decisivo na padronização e normatização das políticas educativas e das estruturas organizacionais, estabelecendo um modo de operação para produção de específicas reformas na educação.

A globalização, por meio de um processo de regulação transnacional, têm gerado crescente integração ou interdependência econômica mundial. Gradualmente, no lugar das políticas específicas dos Estados-nação, ocorre uma “convergência de políticas” ou mesmo uma “convergência de paradigmas”, ou seja, uma “invocação de

¹ Organismos internacionais multilaterais dos tipos monetário, comercial, financeiro e creditício, que podem atuar através de projetos de cooperação. Dessa forma elaboram relatórios, programas e diretrizes voltadas aos países emergentes e em desenvolvimento.

políticas com base em princípios e tecnologias comuns, mecanismos operacionais idênticos e efeitos de primeira e segunda ordem semelhantes” (BALL, 2001, p. 112).

Dada a discussão abordada, tendo como base as previsões educacionais legais garantidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Coloca-se a seguinte questão de pesquisa: “De que forma a educação pública no Brasil foi afetada pelas políticas educacionais do governo Temer (2016-2018) alinhadas aos pareceres do Banco Mundial para a Reforma do Ensino Médio?”.

A partir disso, a pesquisa procura atender ao seguinte objetivo: analisar a concepção de política educacional e a Reforma do Ensino Médio discutida e implementada no período compreendido por 2016-2018. De forma, a responder como se estabelecem as aproximações políticas de educação entre o Brasil e os pareceres do Banco Mundial no Governo Temer, e como estes influem na educação pública do Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Com o afastamento de Dilma Rousseff do cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil o impeachment se configurou em um golpe civil de caráter parlamentar, midiático e jurídico. Tal acontecimento proporcionou uma ruptura democrática de ordem constitucional, resultando na posse do ex-Presidente Interino Michel Temer.

Como base no programa Ponte para o Futuro, lançado pelo PMDB² em 2015, Michel Temer aprofundou a política de austeridade econômica e apresentou uma agenda de cortes para educação, a partir da proposição da PEC n. 95/2016 que estabelece teto para os gastos públicos, revoga-se as vinculações constitucionais de investimento para educação, e por consequência um congelamento no orçamento público por vinte anos conforme orientação do BM.

Após um período de estabilidade econômica, altas taxas de crescimento e redução substancial da pobreza, o Brasil enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos. O crescimento das despesas primárias superou o PIB mesmo durante a fase favorável do super ciclo das commodities. O gasto tornou-se cada

² PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

vez mais engessado pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento. [...] Atento à mudança de cenário, o governo federal solicitou ao Banco Mundial a elaboração deste relatório³, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 1).

Dando prosseguimento a esta agenda governamental e foco deste trabalho observa-se a edição da medida provisória 746/2016 de Reforma do Ensino médio⁴ que posteriormente transformou-se na lei 13415/2017. Devido ao processo de reorganização da política mundial em torno de novas regulações no âmbito educacional, nota-se por meio da organização de redes globais, do Estado, da Sociedade e da agenda governamental 2016-2018 significativas alterações na educação pública. Tais alterações são identificadas como produto dos processos e movimentos da mundialização da educação, no qual busca-se a padronização de sistemas educacionais e a normatização de instrumentos educativos.

CONCLUSÕES

A nova lei do Ensino Médio propõe a flexibilização de diversos questões, dado o tempo escolar e do currículo, mediante a extensão da jornada simultâneo à redução das horas para a formação global (1.800 horas). O desenho curricular⁵ estabelecido pela reforma visa fortalecer um conjunto de competências gerais e específicas estabelecidas pelo Banco Mundial e demais organismos parceiros, sobretudo nas duas últimas décadas. Precisando que a formação geral deverá contemplar a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (2018), o que

³ Relatório solicitado pelo governo brasileiro ao Banco Mundial: “Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil”

⁴ O processo de reforma do Ensino Médio no Brasil se iniciou nessa conjuntura nacional regressiva, tendo sido implementado por meio da Medida Provisória n. 746/2016, sem nenhum debate com a sociedade civil, ou seja, professores, estudantes, famílias, pesquisadores da área de Educação, especialistas, movimentos sociais da Educação (organização de pesquisadores, sindicatos, associações).

⁵ Essa reforma apresentou como disciplinas obrigatórias somente as de línguas portuguesa e inglesa, e de matemática; outras somente como práticas e estudos, como sociologia, filosofia, artes e educação física; e cinco itinerários formativos (linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; formação técnica e profissional) a serem implantados de acordo com as disponibilidades de infraestrutura e de pessoal das escolas – portanto, uma escolha das escolas e não dos jovens.

acaba por restringir o processo de socialização do conhecimento histórico e socialmente produzido, à proporção que ela se apresenta como uma determinação dos conteúdos que devem ser abordados, em inferior tempo. Nessa perspectiva, o direito à educação tem sido substituído pelo direito à aprendizagem.

Pode-se observar por meio dos documentos analisados o esforço do BM em aproximar a lógica do mercado a educação, a maneira que tal instrumentalização evolui para um formato de negócio consegue também inserir-se na esfera pública com financiamento privado, avaliação sistêmica e gestão gerencial. Esse padrão justifica-se perante os rankings internacionais de avaliação expressos pelos resultados educacionais brasileiros, sobretudo, o PISA⁶ e os números de escolarização referentes ao patamar dos países da OCDE⁷. Consequentemente destacando o aumento das desigualdades e o prejuízo no investimento na formação humana para se tornar despesa que pode ser retirada da esfera pública e transferida para a esfera particular. Como negócio, a educação passa a atender aos interesses da classe detentora de capital, instaurando obstáculos na garantia do acesso e permanência na educação pública, gratuita, universal e de qualidade.

Nesse sentido, apresentam-se várias mudanças significativas entre Estado, Sociedade e Educação na formulação e implementação da política educacional em 2016-2018; complexas relações entre público e privado; adesão de novas formas de gestão para o setor público⁸; e flexibilização do trabalho e emprego. A recente reforma do Ensino Médio⁹ impacta as trajetórias educacionais dos jovens e seus futuros, pois lhes retira o direito a uma educação com qualidade social e ao desenvolvimento da sua capacidade crítica, dificultando a continuidade de estudos na Educação Superior. Além disso, não resolve a questão da universalização dessa etapa do ensino, nem das condições físicas, materiais e de trabalho dos docentes. Ao considerar todos esses aspectos, são reforçadas ainda mais as desigualdades sociais, educacionais existentes em nosso país e as chances que a juventude pode vir a ter em um futuro próximo.

⁶ Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)

⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

⁸ Exemplo: gestão por Organizações Sociais (OS's), forma de terceirização da gestão pública.

⁹ Conforme já mencionado, a reforma do Ensino Médio foi encaminhada ao Congresso Nacional por meio da Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016, instituiu mudanças na Lei n. 9.394/1996 - LDBEN - e na Lei n. 11.49/2007 - FUNDEB. Essa MP sofreu algumas modificações no curso de sua tramitação e foi aprovada no Senado em 8 de fevereiro de 2017.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Educação global S. A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

BANCO MUNDIAL. Relatório: **Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil**, 2017. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview#3>.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, 2015.